

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

Integrando o Nordeste Brasileiro

PICOS - PI



Pregão Eletrônico nº 014/2010 - 3º BEC

Sistema de Registro de Preços – SRP

Objeto: Seleção de empresa, mediante pregão eletrônico, objetivando o registro de preços visando a futura contratação para fornecimento de lubrificantes e graxas, destinados ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção, observadas as condições e especificações constantes no Anexo I.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E**

3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”

UASG 160202

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 026/2010-SALC – 3º BEC

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nr 014/2010-SALC – 3º BEC

A União, por intermédio do 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (3º BEC) Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, sob o CNPJ nº 07.524.710/0001-60, torna público por meio de seu Pregoeiro, designado pelo Boletim Interno n.º 015, de 22 de janeiro de 2010, que fará realizar a licitação, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O procedimento licitatório obedecerá a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos: 5.450, de 31 de maio de 2005; 6.204, de 05 de setembro de 2007; 3.555, de 08 de agosto de 2000; 4.342, de 23 de agosto de 2002; 3.931, de 19 de setembro de 2001; as Instruções Gerais para a realização de licitações no Exército Brasileiro (IG 12-02 / DOU 26 Mai 95), aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e demais diplomas legais vigentes, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A sessão pública destinada ao recebimento das propostas relativas ao objeto deste Edital e seus anexos ocorrerá no sítio COMPRASNET, no endereço eletrônico, data e horário seguinte:

Horários:

Entrega das propostas: A partir das 08:00 h do dia 04 de junho de 2010 (Horário de Brasília-DF).

Abertura das propostas (lances): 09:00 h do dia 17 de junho de 2010 (Horário de Brasília-DF).

Endereço: <http://www.comprasnet.gov.br>

1 – DO OBJETO

1.1 Seleção de empresa, mediante pregão eletrônico, objetivando o registro de preços visando a futura contratação para fornecimento de lubrificantes e graxas, destinados ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção, observadas as condições e especificações constantes no Anexo I.

1.2 - Os itens listados no **Anexo N.º I**, mediante acordo, não necessariamente serão contratados em sua totalidade. Os mesmos são considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura do Contrato de Fornecimento. As licitantes para as quais forem adjudicados itens constantes do **Anexo N.º I** e forem convocadas para a assinatura do Contrato, obterão o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente os produtos constantes do **Anexo N.º I**. O 3º BEC não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte do Batalhão.

2 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Esclarecimentos Iniciais:

2.1.1 As contratações de serviços, a locação e a aquisição de bens quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto no Decreto 3.931/2001.

2.1.2 A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido no Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

2.1.3 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2.1.4 Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, **durante o período de doze meses**, tornando-os disponíveis, caso o desejem, efetuem suas aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2.1.5 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total para o item.

2.1.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

2.2. Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.2.1 atendam às condições deste edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou por servidor da Equipe de Apoio do Pregão, à vista dos originais;

2.2.2 que atendam as condições da Lei Complementar 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa-ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP, desde que estejam previamente credenciadas.

2.2.3 estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, com modificações introduzidas pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002;

2.2.3.1 as empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública;

2.2.3.2 não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.4 não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

2.2.5 servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, na hipótese do artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, ainda que na hipótese de participação indireta (vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras).

2.2.6 Ficam impedidas de participar da licitação as empresas que tenham nos seus quadros de funcionários pessoas **menores de 14 anos**; assim como, trabalhando no turno noturno ou sob condições perigosas ou insalubres, **menores de 16 anos**. Salvo se o menor estiver na condição de aprendiz.

2.3. Da Participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

2.3.1 As empresas organizadas sob a forma de EPP ou ME, sob o amparo da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão observar o artigo 43 desse Diploma legal, apresentando na fase de habilitação toda a sua documentação ainda que com restrições.

2.3.2 A dispensa de verificação da regularidade fiscal na fase de habilitação não traduz dispensa da documentação referente à situação fiscal da EPP ou ME, apenas posterga-se essa verificação para o momento de celebração do termo de contrato ou equivalente, observando-se o artigo 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.3 Esta licitação **não será** exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em razão de seu valor superar R\$ 80.000,00 conforme Art. 6º do Decreto 6.204, de 05 de setembro de 2007.

2.3.4 No presente certame licitatório, será assegurado como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Art. 5º do Decreto 6.2004, de 05 de setembro de 2007.

2.3.4.1 Na modalidade Pregão, considera-se empate, aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço. (§ 2º, Art. 5º Decreto 6.204/07).

2.3.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte somente terão tratamento diferenciado se efetivamente comprovarem essa condição à luz do disposto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico os licitantes que desejarem participar do pregão na forma eletrônica. (Art. 3º do Decreto 5.450/2005).

3.2 – O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005), no site: <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.3 – O Credenciamento do Licitante, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.4 – O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico. (§ 6º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005).

3.5 – O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção – 3º BEC, promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (§ 5º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005).

3.6 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF. (§ 3º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005).

3.7 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso. (§ 4º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005).

4 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. (inciso III, Art. 13, Decreto 5.450/2005).

4.2 - Incumbirá, ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inciso IV, Art. 13, Decreto 5.450/2005).

4.3 - A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente cadastramento da proposta de preços, no valor unitário e global para cada item cotado, **a partir da divulgação do edital no <http://www.comprasnet.gov.br>**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.(inciso II, Art. 13, Decreto 5.450/2005).

4.4 - Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá **DECLARAR**, em campo próprio do sistema eletrônico, **que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.** (§ 2º do Art 21 do Decreto 5.450/2005).

4.5 - **Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes poderão encaminhar a Proposta de Preços com a descrição detalhada do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço: <http://www.comprasnet.gov.br>, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas. (Art 21 do Decreto 5.450/2005):**

4.5.1 - não serão admitidas propostas de licitantes que apresentarem as unidades de fornecimentos dos materiais diferentes das estabelecidas no **Anexo I**.

4.5.2 - a proposta não poderá ter validade inferior a **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

4.5.3 - A proposta deverá ser preenchida e apresentada, contemplando o(s) item(s) de interesse da licitante.

4.5.4 - O **pregoeiro** poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

4.6. - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

4.7 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.8 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.9 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. (§ 4º, Art. 21º do Decreto 5.450/2005).

4.10 – **A licitante que não encaminhar a Proposta de Preços com a descrição detalhada do objeto ofertado e os preços unitário e global de cada item e, se for o caso, o respectivo anexo, pelo sistema eletrônico: <http://www.comprasnet.gov.br>, ou encaminhar incorretamente, terá sua cotação desconsiderada para efeito de julgamento, sendo convocada à proposta subsequente;**

4.11 – OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE EM SUAS PROPOSTAS E NO CAMPO: DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO (PORTAL COMPRASNET) AS MARCAS E A DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA ITEM PROPOSTO, SOB PENA DA MESMA SER DESCLASSIFICADA, CASO NÃO CUMpra ESSA EXIGÊNCIA. NÃO SERÃO ACEITAS DESCRIÇÕES GENÉRICAS TAIS COMO: MARCA ORIGINAL OU MARCA GENUÍNA OU AINDA DE ACORDO COM O EDITAL”.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1 - A partir do horário **previsto no Edital e, em conformidade com o subitem 4.3**, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha para o **Pregão Eletrônico - Registro de Preço nº. 014/2010-3º BEC**, com a divulgação das propostas de preços enviadas/cadastradas, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

5.2 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha. (§ 1º, Art. 22º do Decreto 5.450/2005).

5.3 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. (§ 2º, Art. 22º do Decreto 5.450/2005).

5.4 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. (§ 3º, Art. 22º do Decreto 5.450/2005).

5.5 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet. (§ 4º, Art. 22º do Decreto 5.450/2005).

5.6 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes. (§ 5º, Art. 22º do Decreto 5.450/2005).

5.7 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance. (Art. 23º do Decreto 5.450/2005).

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 - Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. (Art. 24º do Decreto 5.450/2005).

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

6.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços, que poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.2 - Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.3 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.3.1 - Ocorrendo à situação a que se refere o inciso anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.3.2 - A falta de resposta aos questionamentos do Pregoeiro, num prazo superior a 05 (cinco) minutos, durante a sessão pública (excetuando-se a fase de lance) será entendida como desistência total da proposta, ensejando sua inabilitação e sujeitando o licitante às penalidades previstas em lei.

7.4 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.4.1- Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10** (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.5 - As propostas de preços vencedoras serão imediatamente encaminhadas ao Pregoeiro, no prazo **máximo de 04 (quatro) horas** contadas a partir do final da fase de negociação e prévia comunicação do pregoeiro através sistema – “chat”, através do **Fac-símile nº (89) 3422- 4758**, sendo os originais ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, apresentados no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do encerramento da Sessão.

7.6 - O não cumprimento do prazo máximo de 04 (quatro) horas estabelecido no subitem anterior ensejará a desclassificação da proposta vencedora sendo convocada a licitante subsequente na ordem de classificação.

7.7 - A negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.

7.8 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços, conforme prescreve o § 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, de 21 de

junho de 1993. I - produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; II - produzidos no País; III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

7.9 - Para o caso de empate entre duas ou mais Propostas de Preços, o Pregoeiro procederá de acordo com o § 2º, do Artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se subsidiariamente o Decreto 6.204/2007.

7.9.1 - Persistindo o empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º, do Artigo 3º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.10 - Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observando o seguinte procedimento:

7.10.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do pregoeiro, situação que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.10.2 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem 7.10.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 7.10, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.10.3 A não contratação nos termos previstos no subitem 7.10, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora.

7.10.4 O disposto no subitem 7.10 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.11 - Em se tratando de PREGÃO realizado pela forma ELETRÔNICA, quando da equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, NÃO será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta. Neste caso serão classificados automaticamente pelo sistema conforme a ordem de apresentação dos lances pelos licitantes.

7.12 - Será vencedora do certame a empresa que apresentar o MENOR PREÇO por ITEM.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 Como requisitos para a participação no pregão, o licitante deverá DECLARAR, em campo próprio do sistema eletrônico no endereço <http://www.comprasnet.gov.br>:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital. (§ 2º do Art 21 do Decreto 5.450/2005).

b) que sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98 e Instrução Normativa MARE nº 5/95, republicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 1996;

c) que para fins do disposto no inciso V do art 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor e 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

d) Se o fornecedor for Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa e deseje usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá DECLARAR, também em campo próprio do sistema eletrônico, que sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

8.1.1 A habilitação das licitantes fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e habilitação parcial, por meio de consulta “on-line” ao SICAF, no ato da abertura do certame, que será impresso sob forma de “Declaração de Situação”, que instruirá o processo, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa MARE nº 5, de 21 de julho de 1995, republicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 1996; e

8.1.2 Disposições Gerais da Habilitação:

8.1.2.1 Em hipótese alguma será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, de modo que a falta de quaisquer documentos implicará a inabilitação da licitante;

8.1.2.2 As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), a que se refere a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, combinado com a Lei Complementar nr 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar toda a documentação referente a **regularidade fiscal**, ainda que esta documentação apresente alguma restrição, sendo assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.1.2.3 Já para celebração do **Termo de Contrato** é obrigatória a plena regularidade fiscal.

8.1.2.4 Os **documentos exigidos** para **habilitação** serão imediatamente encaminhados ao Pregoeiro, no prazo **máximo de 02 (duas) horas** contadas a partir da prévia comunicação do pregoeiro através sistema – “chat”, através do **Fac-símile nº (89) 3422- 4758**, sendo os originais ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, apresentados no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do encerramento da Sessão.

8.2 Da Qualificação Técnica

8.2.1 A licitante deverá apresentar atestado/certidão que comprove fornecimentos adequados (referente ao objeto deste certame: lubrificantes e graxas). Os atestados/certidões poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

8.2.2 A HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA, PARA QUALQUER EFEITO RELACIONADO AO PRESENTE CERTAME, ESTARÁ CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DECLARADAS OU ATESTADAS EM FAVOR DA LICITANTE, MEDIANTE DILIGÊNCIA, A SER EMPREENDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO DO BATALHÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS OU EMPRESAS PRIVADAS DECLARANTES.

8.3 A Licitante deverá apresentar para a sua habilitação no processo licitatório em epígrafe, a declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo – Anexo IX, em atendimento a Instrução Normativa nº 002, de 16 de setembro de 2009 do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (D.O.U, nº 178, seção I, pág. 80, de 17.09.09).

9 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica – (Art 18 do Decreto 5.450/2005);

9.1.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas - (§ 1º do Art 18 do Decreto 5.450/2005);

9.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame - (§ 2º do Art 18 do Decreto 5.450/2005);

9.1.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital – (Art 19 do Decreto 5.450/2005).

10 – DOS RECURSOS

10.1 - Qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões.

10.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

10.4 - Havendo recurso e sendo o mesmo julgado improcedente, deverá o Ordenador de Despesas do 3º BEC adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

10.5 - Os recursos serão dirigidos à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos-SALC, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **05** (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente instruído, para apreciação e decisão da autoridade superior.

10.6 - Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro no **3º Batalhão de Engenharia de Construção – BR 230/316 – Km 06 – Unha de Gato – Picos/PI – CEP: 64.600-000**, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12 horas e das 14:00 às 17:00 horas. Os recursos interpostos, enviados por fax, serão aceitos desde que a licitante encaminhe os originais no prazo de 72 (setenta e duas) horas. Os recursos com os prazos legais vencidos, também não serão aceitos.

11 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

11.1 O objeto (lubrificantes e graxas) deverá ser entregue em dias de expediente (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h no Almoxarifado (ao Almoxarife: Sede e Destacamentos) após a emissão da Nota de Empenho pelo Chefe da 4ª Seção, nos seguintes locais:

- Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI;

- Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE;

- Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

11.2 O objeto licitado deverá ser entregue, nas quantidades solicitadas, acompanhados das suas respectivas notas de empenho/notas fiscais, nos locais indicados no item 11.1 em até 08 (oito) dias corridos, **contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor**.

11.3 Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar fornecer os serviços pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

12.1.1 – Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços, será realizada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN.

12.2 - O 3º Batalhão de Engenharia de Construção, convocará formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de **05** (cinco) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

12.2.1 - No ato da convocação será informado, também, o preço unitário que constará da Ata, para que o fornecedor possa avaliar a possibilidade de formalização do compromisso.

12.2.2 - O prazo previsto no subitem 12.2. poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo 3º Batalhão de Engenharia de Construção.

12.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

12.4 - A efetivação da contratação dos materiais se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho emitida pelo órgão requisitante.

12.5 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - Os pagamentos serão feitos, por crédito em conta bancária, após cada entrega dos materiais, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos materiais nos documentos hábeis de cobrança, consoante os artigos 40, inciso XIV e 55, inciso III, da Lei 8.666/93.

13.1.1 - Para execução do pagamento de que trata o **item 13.1**, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, CNPJ nº. 07.524.710/0001-60, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

13.1.2 - Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.1.3 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao Chefe da 4ª Seção ou Almojarife do Batalhão que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

13.2 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Batalhão.

13.3 - Os pagamentos só serão realizados após a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line”, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

13.4 - Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste Edital.

13.5 - Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

13.6 - Os documentos fiscais apresentados para qualquer finalidade, inclusive processamento das despesas pela Contratante, devem ser emitidos em nome da Contratada, neles constando o seu CNPJ tal qual constará do contrato, sob pena de rescisão contratual nos termos do Artigo 78, Inciso VI, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta dos recursos orçamentários destacados ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro pelo DNIT, destinado às obras de adequação da BR 101/NE, Lote 06, **Classificação Funcional Programática: “26782145974350026” e Categoria Econômica: “4”**; dos recursos orçamentários destacados pelo Ministério da Integração Nacional para o Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, destinado às obras de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Eixo Leste: **Classificação Funcional Programática: “18544103612EP0020” e Categoria Econômica: “4”** e a Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - 3º BEC, **Classificação Funcional Programática: “0512207502000001” - Verba DGO (Adm da Unidade) e Categoria Econômica: “3”**.

14 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, no Decreto n.º 3.931/01 e na IN-MARE nº 08/98 e IN-SEAP nº 04/99, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

14.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

15.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa. (Art 28 do Decreto 5.450/2005);

15.2 As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. (Parágrafo Único do Art 28 do Decreto 5.450/2005);

15.3 A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

15.3.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, o 3º BEC, poderá aplicar as penalidades de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

15.3.2 A multa será aplicada na época da infringência, nos seguintes percentuais:

I - De 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos materiais não entregues por dia de atraso, observado o prazo de 08 (oito) dias corridos, não contrariando o que preconiza o § 4º Inciso II Art. 40, da Lei 8.666/93, após a solicitação do objeto à Contratada. A referida multa não impede que a

Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Nr 8.666, de 21 de Junho de 1993;

II - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de recusa injustificada para a assinatura do contrato;

III - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de inexecução total do contrato, independentemente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei;

IV - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato.

V - multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do fornecimento, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada da emitente vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após regularmente convocada.

15.3.3 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do valor homologado.

15.3.4 As multas, quando não descontadas nos termos do subitem anterior, deverão ser colocadas à disposição no Setor Financeiro da Contratante, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas, contado da data da ciência expressa por parte da contratada. Decorrido este prazo, o Batalhão fará a devida cobrança judicial.

15.3.5 Pela Inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório nos termos dos Incisos LIV e LV do Artigo 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada ficará impedida de licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

15.3.6 Se houver indícios de crimes contra o sistema de licitações e de contratos, o fato será prontamente comunicado ao Ministério Público Federal, assim como serão adotadas todas as providências administrativas para que, depois de assegurada ampla defesa e o contraditório nos termos dos Incisos LIV e LV do Artigo 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada seja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

15.3.7 As multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

15.3.8 ***Sem prejuízo de outras providências que impliquem sanções de cunho cível, penal e administrativo.***

16- DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1 No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Contratada, esta deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis. Se não for o caso, indicar fatos previsíveis com conseqüências imprevisíveis; apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao presente contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil; índices setoriais adotados pelo Governo Federal; parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do presente termo com planilha de custos e ainda, documentos que comprovem a composição dos preços, e se for o caso, comprovante de fato imprevisível e comprovante de fato previsível com conseqüências imprevisíveis. Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido. **Durante a análise de reequilíbrio pela Contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do bem ou serviço contratado. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial do Termo de Contrato, implicando a instauração de Processo Administrativo para apuração da falta de aplicação de sanção prevista no Edital e no Termo de Contrato.**

16.2 Os pedidos desacompanhados dos documentos constantes desse Edital não serão analisados.

16.3 Não haverá reajustamento de preços no período de 01 (um) ano, consoante o disposto no § 1º, do art 28, da Lei nº 9.069/95. Todavia, tendo o contrato a vigência de 12 (doze) meses, contempla-se a possibilidade de prorrogação quando esta revelar-se imprescindível a tutela do interesse público, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) acumulado da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

16.4 Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços inexequíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração.

16.5 Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada manifestar-se perante a administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/ reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa.

17 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS.

17.1 - A convocação dos fornecedores, pelo 3º Batalhão de Engenharia de Construção, será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido e/ou ordem de fornecimento.

17.2 - O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

17.2.1 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção, poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

17.3 - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

18- DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E GARANTIAS

18.1 – Da Contratada:

18.1.1 Efetuar a entrega do objeto (lubrificantes e graxas), descrito no Item 1, nas condições de sua proposta, nos locais estipulados no Item 11 e de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

18.1.2 Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

18.1.3 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários, bem como as despesas com transporte, carga, descarga, impostos, taxas, fretes, seguros dos insumos e quaisquer outros resultantes da execução do **Contrato**, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a **Contratante** isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

18.1.4 Emitir a nota fiscal, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da contratada o refaturamento. As empresas que possuírem descrição do produto diferente do contido no ato convocatório deverão discriminá-lo quando da emissão da proposta.

18.1.5 Não serão aceitos os materiais (lubrificantes e graxas) em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.

18.1.6 Todos os itens do Termo de Referência (lubrificantes e graxas) deverão ser produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida.

18.1.7 A Contratada deverá manter uma estrutura capaz de fornecer o objeto (lubrificantes e graxas) nos locais especificados no item 11 (da entrega dos materiais) deste Edital, conforme solicitação - Ordem de Fornecimento.

18.1.8 O fornecimento inclui, além dos materiais propriamente ditos, sua embalagem, o carregamento/embarque dos mesmos e transporte.

18.1.9 Todos os materiais (lubrificantes e graxas) danificados durante a fabricação, transporte e descarga, caracterizados como falhas na proteção ou acondicionamento, deverão ser corrigidos pela Contratada às suas próprias expensas.

18.1.10 Substituir às suas expensas todos os materiais (lubrificantes e graxas) que apresentarem alterações na sua composição, defeitos de fabricação ou desgastes prematuros.

18.1.11 A Contratada deverá transportar o material em veículos adequados, sem que isto prejudique a qualidade do material a ser fornecido.

18.1.12 A Contratada deverá fornecer o produto novo, de primeiro uso, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

18.1.13 Todos os produtos fornecidos deverão ser de primeira linha (entendendo-se como tal o produto de ampla aceitação popular e qualidade de consumo consagrada), em excelente estado de conservação, com todas suas propriedades adequadas e dentro das normas previstas - INMETRO, ANP, NBR, ABNT: **J1034, ASTM D-3306, NBR 3705 Tipo A, FMVSS 116 DOT 4, SAE J1703, ABNT NBR EB 155/1991 TIPO 4 e MBB-F-7760.30 TIPO DOTM 4.**

18.1.14 Pedidos rotineiros serão emitidos pela Contratante semanalmente, podendo ser emitidos também pedidos extras, dentro de uma mesma semana, se a situação assim exigir. Os produtos somente serão recebidos de acordo com as embalagens e peso/volume especificadas no Anexo I deste Edital.

18.1.15 O 3º BEC reserva-se ao direito da devolução dos itens inspecionados e verificados fora dos padrões exigidos neste Edital.

18.1.16 A Contratada não poderá fornecer produtos remanufaturados, reciclados ou compatíveis.

18.1.17 A Contratada deverá fornecer os manuais relacionados ao objeto deste certame, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação da Contratante.

18.1.18 A Contratada deverá fornecer os produtos (lubrificantes e graxas) em embalagens tipo baldes ou galões similares as embalagens BR-PETROBRÁS (com a mesma densidade, estrutura e apresentando alta durabilidade). Nas embalagens dos baldes ou galões devem conter o selo do INMETRO.

18.1.19 Cada óleo lubrificante deverá ser submetido ao teste viscosidade, tendo o certificado assinado por técnico de laboratório credenciado pelo INMETRO. Os Lubrificantes e Graxas deverão atender as especificações descritas no Anexo I do Edital e possuir a documentação exigida para cada produto.

18.1.20 A Contratada deverá enviar junto com as Notas Fiscais, os Laudos Técnicos atestando que os produtos são de primeiro uso e que estão de acordo com as Normas da ANP, conforme Portaria ANP Nº 129, de 30.7.1999 – DOU 2.8.1999 – REPUBLICADA DOU 30.9.1999.

18.2 – Da Contratante:

18.2.1 A **Contratante** deverá efetuar o pagamento do objeto deste **Contrato à Contratada**, nas condições estabelecidas por este Instrumento e no edital de licitação, após realizar a retenção dos tributos legais, em conformidade com as Instruções Normativas Nº 04, de 18 de agosto de 1997.

18.3 Nos termos do Artigo Nr 67, parágrafo 1º, da Lei Nr 8.666/93, a Contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

18.4 Da mesma forma, a Contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pela Contratante, representá-la na execução do Contrato.

18.5 Das Garantias Contratuais:

18.5.1 Não será cobrado depósito de garantia conforme preconiza o Artigo 56 da Lei de Licitação.

18.5.2 A licitante vencedora devesse ainda arcar com as especificações e condições conforme especificado no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

18.5.3 A Contratada será responsável pela qualidade dos materiais, comprometendo-se a substituí-los em caso de defeito e adulteração. **A garantia deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos respectivos produtos.**

19- CRONOGRAMA DE FORNECIMENTO

19.1 O fornecimento do objeto do presente certame licitatório (lubrificantes e graxas), deverá seguir o seguinte cronograma:

19.1.1 Prazo para entrega: 08 (oito) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor;

19.1.2 Prazo para a assinatura do contrato: 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

19.1.3 Prazo para substituição dos produtos: Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo **de 72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

19.1.4 Forma de entrega: O 3º Batalhão de Engenharia de Construção fará a solicitação dos produtos conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos, **sendo estes entregues no Almoxarifado (ao Almoxarife: Sede e Destacamentos):** 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI; Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE e Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

19.1.5 Dias e horário de entrega dos produtos: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h.

20- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Esta licitação poderá ser revogada por interesse do 3º BEC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18, do Decreto 3.555/2000.

20.2 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas – (Art 20 do Decreto 5.450/2005).

20.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.4 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

20.5 Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Declaração de Ciência;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Trabalho do Menor (Lei nº 9.854);

ANEXO V – Modelo de Procuração;

ANEXO VI – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO VII – Ata de Registro de Preços (minuta);

ANEXO VIII – Termo de Contrato (minuta);

ANEXO IX - Declaração de Elaboração Independente de Proposta (Modelo).

20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

20.7 O licitante que ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e

contratar com a Administração, e se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme estabelecido no item 15.1 deste Edital.

20.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

20.9 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.10 Qualquer adesão à ata de registro de preços deverá ser previamente comunicada ao Comando/Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Engenharia de Construção.

20.10.1 Na hipótese de “carona”, a aplicação das sanções decorrentes do descumprimento do termo do contrato, consoante previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficarão a cargo da contratante, a qual deverá observar o devido processo legal.

20.10.2 As providências e medidas administrativas referentes ao descumprimento da ata de registro de preços serão adotadas pelo órgão gerenciador, o qual deverá observar o devido processo legal, aplicando, se for o caso, o artigo 13 do decreto nr 3.931, de 19 de setembro de 2001.

20.11 Na ocorrência de qualquer das hipóteses elencadas no Artigo 78, Inciso VI da Lei 8.666/93 (fusão, cisão ou incorporação), é facultado à administração, na tutela do interesse público, decidir pela manutenção ou não do contrato.

20.12 O Instrumento Contratual resultante deste processo licitatório poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

20.13 A Licitante se obriga a manter durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Contrato, as condições exigidas para a habilitação e especificações do objeto.

20.14 Durante a fase de aceitação do certame, o Pregoeiro poderá solicitar amostras dos materiais licitados, permitindo a Administração à aquisição de produtos de melhor qualidade.

20.15 Quaisquer informações complementares sobre o presente EDITAL e seus anexos deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: E-mail: seclic3bec@ibest.com.br, no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 horas. (Art 19 do Decreto 5.450/2005).

Picos - PI, 04 de junho de 2010.

WILSON ROCHA FERREIRA - Cel
Ordenador de Despesas do 3º BEC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Seleção de empresa, mediante pregão eletrônico, objetivando o registro de preços visando a futura contratação para fornecimento de lubrificantes e graxas, destinados ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção, observadas as condições e especificações constantes neste Anexo.

2. JUSTIFICATIVA

A OM necessita adquirir lubrificantes e graxas, visando suprir a carência e a demanda destes produtos que são fundamentais para a manutenção contínua e preventiva dos equipamentos e viaturas utilizados na sede e obras de engenharia, evitando assim possíveis paralisações dos equipamentos e viaturas por falta destes produtos, mantendo assim a boa qualidade dos serviços delegados e o cumprimento dos cronogramas de execução, como também zelando pela confiabilidade da instituição.

Para tal, estas Unidades Gestoras vem recebendo regularmente provisões orçamentárias específicas para tais aquisições, demandando fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais na Administração Pública.

O objeto da licitação a ser adquirido é de uso freqüente pelo Batalhão durante todo o ano, o que torna difícil uma definição exata do quantitativo a ser adquirido pela Administração, justificando-se a utilização do Sistema Registro de Preços, estando presentes os pressupostos previstos no Art 2º, do Decreto 3.931/91.

Quanto à efetivação deste processo por meio de Pregão na forma Eletrônica, a mesma ocorrerá tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, conforme previsão do Decreto Nr 5.450/05.

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades da OM citadas nos requisitos

fundamentais para utilização desse sistema, a saber: bens de aquisição freqüente, quantitativo que não se pode definir previamente com exatidão, necessidade de entregas parceladas e pluralidade de órgãos beneficiados.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes das tabelas abaixo e observados os esclarecimentos constantes dos itens 4 a 8 deste Anexo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Produto	Ref/Similar	Unid	QTDE
1	Fluido sintético para uso em sistemas de arrefecimento de veículos automotivos à base de monoetilenoglicol com inibidores orgânicos e inorgânicos de corrosão. Normas J1034, ASTM D-3306, NBR 3705 Tipo A	Aditivo para radiador	Fluido para radiador BR	Frasco de 1000MI	10.000
2	Fluido sintético de alto ponto de ebulição, para uso em sistemas de freios a disco, tambor e ABS de veículos automotivos passeio e utilitários, ônibus e caminhões. Normas: FMVSS 116 DOT 4, SAE J1703, ABNT NBR EB 155/1991 TIPO 4 e MBB-F-7760.30 TIPO DOTM 4 – Frasco 500 ml	Fluido para freio DOT 4	Fluido para Freio Especial BR	frasco de 500 MI	2.000
3	Fluido sintético para freios DOT 3	Fluido para freio	Fluido para freios BR	frasco de 500ml	2.000
4	Graxa lubrificante a base de sabão de lítio para múltiplas aplicações industrial GRAU NLGI/2	Graxa lubrificante	Lubrax industrial gma-2	tambor de 170Kg	40
5	Graxa lubrificante a base de sabão de lítio contendo bissulfeto de molibdênio e aditivo antioxidante e antiferrugem com resistência ao calor e a água e alta bombeabilidade.	Graxa lubrificante P/ rompedor Hidráulico	Molytic 2 Ipiranga	tambor de 170 Kg	20
6	Graxa lubrificante a base de sabão de cálcio e óleo mineral naftênico, contendo grafite GRAU NLGI 0/1	Graxa grafitada	Grafitada Lubrax GGR	tambor de 170 Kg	20
7	Óleo hidráulico TIPO ATF para transmissão automática atendendo às especificações GM DEXRON III e ALISSON C-4	Óleo hidráulico p/ transmissão automática	Lubrax OH-49 TDX	tambor de 200 L	8

	Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos).				
8	Óleo hidráulico TIPO ATF para transmissão automática atendendo às especificações GM TIPO A SUFIXO A (TASA). Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos).	Óleo hidráulico p/ transmissão automática	Lubrax OH-50 TA	tambor de 200 L	20
9	Óleo hidráulico para sistemas hidráulicos atendendo às especificações API CF4 SG, SAE 10W. Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos).	Óleo hidráulico p/ conversores de torque sist hidráulico	Lubrax MD 400 SAE 10W	tambor de 200 L	60
10	Óleo Lubrificante para sistema hidráulico – Industrial VDMA 24318 categoria HLP - HR-32-EP Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos).	Óleo Lubrificante para sistema hidráulico RK 425 RANDON	Lubrax IND HR-32-EP	tambor de 200 L	15
11	Óleo Lubrificante EGF 68 PS – USS 224 DIN 51517 parte 3. Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Uso cilindro Vibratório Rolo CA 25 EX Dinapac	EGF 68 PS	tambor de 200 L	40
12	Óleo lubrificante para transmissões e motores diesel API CF 30W - TO4. Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do	Óleo para	Lubrax MD 400 SAE 30	tambor de 200 L	30

	número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	transmissões E motores diesel			
13	Óleo lubrificante para uso em turbinas, redutores, sistemas circulatórios, compressores de ar, máquinas hidráulicas (prensas, elevadores em serviços leves), atendendo às especificações ISSO 46 DIN-51524 Categoria HLP Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Óleo lubrificante para compressor de ar e Hidráulico da Retroescava-deira JCB	Lubrax IND HR 46 EP	tambor de 200 L	15
14	Óleo para engrenagens hipóides que exijam lubrificante com nível de desempenho API GL-4 Grau SAE 80 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Óleo para engrenagem hipóide Caixa de Marcha	Lubrax TRM-4 SAE 80W	tambor de 200L	30
15	Óleo para engrenagens hipóides que exijam lubrificante com nível de desempenhoAPI GL-5 SAE 90 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Óleo para engrenagem hipóide Diferencial	Lubrax TRM-5 SAE 90	tambor de 200 L	30
16	Óleo para engrenagem hipóide multiviscoso API – GL -5 Ou MIL -L - 2105C	Óleo para engrenagem hipóide	Lubrax TRM-5 SAE 85W 140	tambor de 200L	15

	Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Caixa e Diferencial Scania			
17	Óleo Lubrificante TO4 SAE 50. Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Uso em Equipamentos Cat Tander, Cmdo Final, eixo dianteiro Cmdo circulo	Lubrax MD 400 SAE 50	tambor de 200L	20
18	Óleo Lubrificante multigrado de elevado desempenho para uso nos modernos motores a gasolina API SL SAE 20W 50 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Óleo lubrificante para motor a gasolina	Lubrax SL SAE 20W/50	tambor de 200 L	20
19	Óleo multiviscoso para motor a gás base sintética. API SL 5W40 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Óleo lubrificante Sintético motor a gasolina	Lubrax Tecno SAE 5W40	tambor de 200 L	20
20	Óleo lubrificante multiviscoso para motores diesel de alta potência, superalimentados ou turbo alimentados atendendo às especificações API CI-4 SAE 15W40	Óleo lubrificante para motor a diesel	Lubrax Top Turbo 15W40	tambor de 200L	100

	Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)				
21	Óleo Térmico, com base parafínica para transferência de calor em sistema circular de aquecimento indireto Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Uso na Usina de asfalto	TERMICO OT 100 OF	tambor de 200 L	30
22	Óleo lubrificante EGF 150 PS – DIN 51517 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Uso no Hidrocone De Britador	EGF 150 PS	tambor de 200 L	20
23	Óleo lubrificante motor diesel com aspiração natural e superalimentados atendendo às especificações API CF SAE 40W Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos .	Óleo lubrificante para motor a diesel	Lubrax MD-400 SAE 40	tambor de 200 L	15
24	Óleo para sistema hidráulico que operam em condições severas de temperatura e pressão. Atende norma DIN 51524 parte 2 categoria HLP, GRAU ISO 68	Sistema Hidráulico de Equipamento pesado	Lubrax HR 68 EP	tambor de 200 L	60

	Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos.				
25	Óleo lubrificante API GL-4 Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos.	Uso Diferencial D20 com tração positiva	Texaco TL 3450	tambor de 200L	5
26	Óleo lubrificante ALLISON C4 Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos	Hidráulico e tander da Case 95 XT	Ipiranga 434 TO	tambor de 200L	5
27	Querosene	-	-	tambor de 200L	25
28	Óleo Sintético para cilindro vibratório com cartucho. Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Uso nos cilindros vibratórios de compactador moderno com cartucho SVEDALA Dinapac	MOBIL SHC 629	latão de 20 L	5
29	Óleo lubrificante para ferramentas pneumáticas e Perfuratrizes. FP 100 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Para ferramentas pneumáticas e Perfuratrizes	FP 100	tambor de 200 L	15
30	Óleo Hidráulico API GL-4 - THF 11 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na	Uso Trator agrícola, retroescavadei-ra FB 80 e MF 86 HS	THF 11	tambor de 200 L	25

	API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	(diferencial, transmissão, hidráulico			
31	Fluído de freio para uso nas retro-escavadeiras JCB ISO VG 15	Uso no Freio Retro-escavadeira JCB	ISO VG 15	frascos de 500 ML	600
32	Óleo lubrificante IND HR 100 EP – VDMA 24318 categoria HLP	Utilizado em Britador	IND HR 100 EP	tambor de 200L	5
33	Anti-congelante	Para radiadores	-	tambor de 200L	15
34	Desengraxante para lavação de Equipamentos	Lavar Eqpto	SOLUPAN	tambor de 200L	20
35	Shampoo com Silicone para lavação de viaturas	Lavar Vtr	-	tambor de 200L	15
36	Óleo lubrificante para engrenagens fechadas e redutores industriais em serviços severos sob carga elevada de grau ISO 150	Tambor vibratório do rolo Muller	Omala 150	tambor de 200L	10
37	Óleo lubrificante API GL-5 10W30 Com comprovação de <u>certificação da empresa fabricante do produto pela API-American Petroleum Institut</u> (apresentação do número da licença do fabricante registrado na API) ou documentação que comprove a homologação desse produto por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas desse óleo e dos veículos)	Eixo da Retro New Holland LB 90	Ambra Multi "G" 10W30	tambor de 200L	5
38	Óleo lubrificante para transmissão atendendo às especificações API GL-4 e ALISSON C-4 20W30 Com documentação que comprove a homologação desses produtos por montadoras de veículos (com marcas e identificações detalhadas dos óleos e dos veículos).	Transmissão da retro New Holland LB 90	Ambra Multi "F" 20W30	tambor de 200L	5
39	Fluido de freio Ambra Brake Fluid	Freio da retro New Holland LB 90	-	frascos de 1000 MI	50 Frasc
40	Óleo lubrificante protetivo a base de mamona, para pulverização em	-	Óleo de mamona	tambor de 200L	20

	chassis, proteção litorâneas.	conferindo mesmo	em	excelente regiões				
--	--	-----------------------------	-----------	------------------------------	--	--	--	--

4. OBSERVAÇÕES

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento dos materiais licitados:

4.1. Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

4.2. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica.

4.3. Nenhum item poderá conter preços iguais a zero.

4.4. Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preço.

4.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos: transporte, carga, descarga, embalagem, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega dos produtos.

4.6. A licitante deverá apresentar em sua proposta de preços a MARCA dos produtos ofertados.

4.7 Será considerado entrega imediata e integral aquela que ocorrer até 60 dias após o pedido realizado pela Administração.

4.8 Durante a fase de aceitação do certame, o Pregoeiro poderá solicitar amostras dos materiais licitados, permitindo a Administração à aquisição de produtos de melhor qualidade.

5. DOS PEDIDOS

Os pedidos de fornecimento serão realizados por meio de nota de empenho ou ordem de fornecimento e poderão ser efetuados no todo ou em quantidades parceladas, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

6. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 O objeto (lubrificantes e graxas) deverá ser entregue em dias de expediente (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h no Almoxarifado (ao Almoxarife: Sede e Destacamentos) após a emissão da Nota de Empenho pelo Chefe da 4ª Seção, nos seguintes locais:

- Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI;

- Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE;

- Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

6.2 O objeto licitado deverá ser entregue, nas quantidades solicitadas, acompanhados das suas respectivas notas de empenho/notas fiscais, nos locais indicados no item 6.1 em até 08 (oito) dias corridos, **contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.**

6.3 Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas neste Anexo, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E GARANTIAS

7.1 – Da Contratada:

7.1.1 Efetuar a entrega do objeto (lubrificantes e graxas), nas condições de sua proposta, nos locais estipulados no Item 11 do Edital e de acordo com as especificações constantes neste Termo.

7.1.2 Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

7.1.3 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários, bem como as despesas com transporte, carga, descarga, impostos, taxas, fretes, seguros dos insumos e quaisquer outros resultantes da execução do **Contrato**, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a **Contratante** isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

7.1.4 Emitir a nota fiscal, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da contratada o refaturamento. As empresas que possuem descrição do produto diferente do contido no ato convocatório deverão discriminá-lo quando da emissão da proposta.

7.1.5 Não serão aceitos os materiais (lubrificantes e graxas) em desacordo com as especificações constantes neste Termo.

7.1.6 Todos os itens deste termo (lubrificantes e graxas) deverão ser produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida.

7.1.7 A Contratada deverá manter uma estrutura capaz de fornecer o objeto (lubrificantes e graxas) nos locais especificados no item 11 (da entrega dos materiais) do Edital, conforme solicitação - Ordem de Fornecimento.

7.1.8 O fornecimento inclui, além dos materiais propriamente ditos, sua embalagem, o carregamento/embarque dos mesmos e transporte.

7.1.9 Todos os materiais (lubrificantes e graxas) danificados durante a fabricação, transporte e descarga, caracterizados como falhas na proteção ou acondicionamento, deverão ser corrigidos pela Contratada às suas próprias expensas.

7.1.10 Substituir às suas expensas todos os materiais (lubrificantes e graxas) que apresentarem alterações na sua composição, defeitos de fabricação ou desgastes prematuros.

7.1.11 A Contratada deverá transportar o material em veículos adequados, sem que isto prejudique a qualidade do material a ser fornecido.

7.1.12 A Contratada deverá fornecer o produto novo, de primeiro uso, conforme especificações constantes neste Termo.

7.1.13 Todos os produtos fornecidos deverão ser de primeira linha (entendendo-se como tal o produto de ampla aceitação popular e qualidade de consumo consagrada), em excelente estado de conservação, com todas suas propriedades adequadas e dentro das normas previstas - INMETRO, ANP, NBR, ABNT: **J1034, ASTM D-3306, NBR 3705 Tipo A, FMVSS 116 DOT 4, SAE J1703, ABNT NBR EB 155/1991 TIPO 4 e MBB-F-7760.30 TIPO DOTM 4.**

7.1.14 Pedidos rotineiros serão emitidos pela Contratante semanalmente, podendo ser emitidos também pedidos extras, dentro de uma mesma semana, se a situação assim exigir. Os produtos somente serão recebidos de acordo com as embalagens e peso/volume especificadas neste Anexo.

7.1.15 O 3º BEC reserva-se ao direito da devolução dos itens inspecionados e verificados fora dos padrões exigidos neste Edital.

7.1.16 A Contratada não poderá fornecer produtos remanufaturados, reciclados ou compatíveis.

7.1.17 A Contratada deverá fornecer os manuais relacionados ao objeto deste certame, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação da Contratante.

7.1.18 A Contratada deverá fornecer os produtos (lubrificantes e graxas) em embalagens tipo baldes ou galões similares as embalagens BR-PETROBRÁS (com a mesma densidade, estrutura e apresentando alta durabilidade). Nas embalagens dos baldes ou galões devem conter o selo do INMETRO.

7.1.19 Cada óleo lubrificante deverá ser submetido ao teste viscosidade, tendo o certificado assinado por técnico de laboratório credenciado pelo INMETRO. Os Lubrificantes e Graxas deverão atender as especificações descritas neste anexo e possuir a documentação exigida para cada produto.

7.1.20 A Contratada deverá enviar junto com as Notas Fiscais, os Laudos Técnicos atestando que os produtos são de primeiro uso e que estão de acordo com as Normas da ANP, conforme Portaria ANP N° 129, de 30.7.1999 – DOU 2.8.1999 – REPUBLICADA DOU 30.9.1999.

7.2 – Da Contratante:

7.2.1 A **Contratante** deverá efetuar o pagamento do objeto deste **Contrato à Contratada**, nas condições estabelecidas por este Instrumento e no edital de licitação, após realizar a retenção dos tributos legais, em conformidade com as Instruções Normativas N° 04, de 18 de agosto de 1997.

7.3 Nos termos do Artigo Nr 67, parágrafo 1º, da Lei Nr 8.666/93, a Contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.4 Da mesma forma, a Contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pela Contratante, representá-la na execução do Contrato.

7.5 Das Garantias Contratuais:

7.5.1 Não será cobrado depósito de garantia conforme preconiza o Artigo 56 da Lei de Licitação.

7.5.2 A licitante vencedora devesse ainda arcar com as especificações e condições conforme especificado neste Anexo.

7.5.3 A Contratada será responsável pela qualidade dos materiais, comprometendo-se a substituí-los em caso de defeito e adulteração. **A garantia deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos respectivos produtos.**

8- CRONOGRAMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecimento do objeto do presente certame licitatório (lubrificantes e graxas), deverá seguir o seguinte cronograma:

8.1.1 Prazo para entrega: 08 (oito) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor;

8.1.2 Prazo para a assinatura do contrato: 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

8.1.3 Prazo para substituição dos produtos: Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas neste Anexo, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo **de 72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.4 Forma de entrega: O 3º Batalhão de Engenharia de Construção fará a solicitação dos produtos conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos, **sendo estes entregues no Almoxarifado (ao Almoxarife: Sede e Destacamentos):** 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI; Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE e Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

8.1.5 Dias e horário de entrega dos produtos: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h.

Picos, PI, 04 de junho de 2010.

NICCHOLAS LISIAS DE MELO RIBEIRO - Cap
Comandante da Companhia de Engenharia Equipamento e Manutenção – 3º BEC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Nos termos do inciso VII do art 4º da Lei 10.520, de 15 de julho de 2002, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nr _____, situada à _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos para o Pregão Nr 014/2010-3º BEC, e que está ciente das penalidades previstas no art 7º do referido diploma legal.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa
Idt Nr

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, para fins de prova junto ao Comando do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, nos termos do inciso IV do item 7.1 da Instrução Normativa 5-MARE e do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada _____, não tem contra si, até a presente data, fatos impeditivos para sua habilitação ou que desabonem sua conduta, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da lei.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa
Idt Nr

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Declaro, para fins de prova junto ao Comando do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, nos termos do inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, que a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº situada....., não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa
Idt Nr

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO V

PROCURAÇÃO

REFERENTE AO PREGÃO Nr 014/2010- SALC- 3º BEC

Por intermédio deste instrumento particular de procuração(individualização e qualificação do outorgante)....., nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. (nome completo do outorgado).....,(naturalidade, estado, civil, profissão, carteira de identidade, CPF, endereço)....., com poderes para representa-lo perante o Comando do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, podendo participar das reuniões de Licitação acima referida, bem como elaborar e assinar propostas, formular ofertas, propor lances verbais de preço, conceder descontos e decidir sobre interposição de recursos, assinar atas e outros documentos relativos ao desenvolvimento de reunião de licitação, bem como assinar a celebração do contrato proveniente do referido processo licitatório, dando tudo por bom, firme e valioso.

Local e data

**(assinatura autorizada, do outorgante, na qualidade de
Representante legal da empresa, devidamente identificada
e com firma reconhecida em cartório)**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO VI

PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO)

Local e data

Referência: Edital do Pregão Nr 014/2010 – SALC – 3º BEC
SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc)._____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao COMANDO DO 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, a entrega dos materiais abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

Nr Item	Especificação	Und	Qtd	Marca	P Unit	Preço Total	
1	XXXXXXXXXXXXXX	Xx	xx		0.000	0.000,	
	Preços Unitário e Total do Item					0.000	0.000
2	XXXXXXXXXXXXXX	Xx	xx		0.000	0.000,	
	Preços Unitário e Total do Item					0.000	0.000
	Valor total da proposta						

Valor total da proposta R\$ 0.000,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

b) Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, encargos sociais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos mesmos, bem como transporte, custos, carga e descarga, testes, leis sociais, tributos.

c) O objeto licitado será entregue, nas quantidades solicitadas, acompanhados das suas referentes notas de empenho/notas fiscais, nos locais indicados no Anexo I – Termo de Referência em até 08 (oito) dias corridos **após o recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.**

d) Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 90 dias).

e) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____(função na empresa), como responsável legal desta empresa.

f) **Dados bancários:** (informar banco, agência e conta-corrente).

g) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

ANEXO VII

ATA REGISTRO DE PREÇOS (MINUTA)

PREGÃO SRP ELETRÔNICO Nº 014/2010 -3º BEC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2010 - SALC

Aos _____ dias do mês de _____ de 2010, no 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, Sediado na Rodovia BR 230/316, km 06, Unha de Gato, em Picos-PI, o Pregoeiro, nos termos do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, publicado no D.O. de 01 de junho de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002 e os Decretos n.ºs. 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000 e suas alterações, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, publicado no DOU de 20 de setembro de 2001. Aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e demais diplomas legais vigentes, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, RESOLVE registrar os preços para o fornecimento, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º, 2º e 3º lugares, nos respectivos itens do certame acima numerado. A seqüência da classificação das empresas também consta no processo acima citado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 “Registrar preços visando à futura contratação para fornecimento de lubrificantes e graxas, destinados ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção, observadas as condições e especificações constantes no Anexo I”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, **terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.**

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o 3º Batalhão de Engenharia de Construção não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. O 3º Batalhão de Engenharia de Construção poderá ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste certame, mediante prévia consulta ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção (órgão gerenciador), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, na IN-MARE n.º 08/98, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

3.1.1 – QUALQUER ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERA SER PREVIAMENTE COMUNICADA AO COMANDO/ORDENADOR DE DESPESAS DO 3º BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é igual ao valor especificado na última proposta negociada com a licitante vencedora, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 014/2010.

3.3 - Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 014/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - Na hipótese de “carona”, a aplicação das sanções decorrentes do descumprimento do termo do contrato, consoante previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficarão a cargo da contratante, a qual deverá observar o devido processo legal.

3.5 - As providências e medidas administrativas referentes ao descumprimento da ata de registro de preços serão adotadas pelo órgão gerenciador, o qual deverá observar o devido processo legal, aplicando, se for o caso, o artigo 13 do decreto nr 3.931, de 19 de setembro de 2001.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - O objeto (lubrificantes e graxas) deverá ser entregue em dias de expediente (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h no Almoxarifado (ao Almoxarife: Sede e Destacamentos) após a emissão da Nota de Empenho pelo Chefe da 4ª Seção, nos seguintes locais:

- Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI;
- Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE;
- Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

4.2 - O objeto licitado deverá ser entregue, nas quantidades solicitadas, acompanhados das suas respectivas notas de empenho/notas fiscais, nos locais indicados no item 4.1 em até 08 (oito) dias corridos, **contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.**

4.3 - Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição **no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 – Os pagamentos serão feitos, por crédito em conta bancária, após cada entrega dos materiais, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos materiais nos documentos hábeis de cobrança, consoante os artigos 40, inciso XIV e 55, inciso III, da Lei 8.666/93.

5.1.1 - Para execução do pagamento de que trata o **item 5.1** desta Ata, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, CNPJ nº. 07.524.710/0001-60, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

5.1.2 - Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.1.3 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

5.2 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para os batalhões participantes.

5.3 - Os pagamentos só serão realizados após a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line”, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

5.4 - Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste Edital.

5.5 - Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

5.6 - **Os documentos fiscais apresentados para qualquer finalidade, inclusive processamento das despesas pela Contratante, devem ser emitidos em nome da Contratada, neles constando o seu CNPJ tal qual constará do contrato, sob pena de rescisão contratual nos termos do Artigo 78, Inciso VI, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.**

5.7. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta dos recursos orçamentários destacados ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro pelo DNIT, destinado às obras de adequação da BR 101/NE, Lote 06, **Classificação Funcional Programática: “26782145974350026” e Categoria Econômica: “4”**; dos recursos orçamentários destacados pelo Ministério da Integração Nacional para o Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, destinado às obras de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Eixo Leste: **Classificação Funcional Programática: “18544103612EP0020” e Categoria Econômica: “4”** e a Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - 3º BEC, **Classificação Funcional Programática: “0512207502000001” - Verba DGO (Adm da Unidade) e Categoria Econômica: “3”**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – O pedido de compra será formalizado por intermédio de nota de empenho quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras, ou por empenho e contrato de fornecimento nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas de obrigações futuras.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição **no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.4 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção através de emissão de Nota de Empenho e/ou pedido de compra.

6.5 - **Os objetos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal correspondente.**

6.6 - A empresa fornecedora, quando do recebimento do pedido de compra feita pelo requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e hora em que o recebeu, além da identificação de quem o recebeu.

6.7 - A cópia do pedido de compra referida no **item anterior** deverá ser devolvida para o requisitante, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

6.8 – Caberá aos Fornecedores Beneficiários da Ata de Registro de Preços:

6.8.1 – O recebimento dos objetos será provisório, para posterior verificação, no prazo **de até 72 (setenta e duas) horas**, da sua conformidade com as especificações do Edital e da proposta.

6.8.2 – Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e da Ata que vier a ser assinada.

6.8.3 – Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

6.8.4 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do 3º Batalhão de Engenharia de Construção.

6.8.5 - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

6.8.6 - Prestar esclarecimentos ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

6.8.7 – Os licitantes registrados na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados em função do direito de acréscimo de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.8.8 - Conforme estabelecido no § 3º do Art. 8º do Decreto nº 3.931/01, acrescido pelo § 3º do Art. 1º de Decreto nº 4.342/02, que trata das aquisições adicionais, limitados a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata, poderá o fornecedor, optar pela aceitação ou não do fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

6.9 – Caberá ao 3º Batalhão de Engenharia de Construção:

6.9.1 – Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste Edital.

6.9.2 - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento do objeto requisitado.

6.9.3 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

6.9.4 – Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal,

garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa. (Art 28 do Decreto 5.450/2005).

7.2 As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. (Parágrafo Único do Art 28 do Decreto 5.450/2005).

7.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, o 3º BEC, poderá aplicar as penalidades de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

7.4 A multa será aplicada na época da infringência, nos seguintes percentuais:

I - De 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos materiais não entregues por dia de atraso, observado o prazo de 08 (oito) dias corridos, não contrariando o que preconiza o § 4º Inciso II Art. 40, da Lei 8.666/93, após a solicitação do objeto à Contratada. A referida multa não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Nr 8.666, de 21 de Junho de 1993;

II - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de recusa injustificada para a assinatura do contrato;

III - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de inexecução total do contrato, independentemente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei;

IV - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato.

V - multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do fornecimento, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada da emitente vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após regularmente convocada.

7.5 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do valor homologado.

7.6 As multas, quando não descontadas nos termos do subitem anterior, deverão ser colocadas à disposição no Setor Financeiro da Contratante, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas, contado da data da ciência expressa por parte da contratada. Decorrido este prazo, o Batalhão fará a devida cobrança judicial.

7.7 Pela Inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório nos termos dos Incisos LIV e LV do Artigo 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada ficará impedida de licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

7.8 Se houver indícios de crimes contra o sistema de licitações e de contratos, o fato será prontamente comunicado ao Ministério Público Federal, assim como serão adotadas todas as providências administrativas para que, depois de assegurada ampla defesa e o contraditório nos termos dos Incisos LIV e LV do Artigo 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada seja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

7.9 As multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

7.10 *Sem prejuízo de outras providências que impliquem sanções de cunho cível, penal e administrativo.*

CLÁUSULA OITAVA – DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Contratada, esta deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis. Se não for o caso, indicar fatos previsíveis com conseqüências imprevisíveis; apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao presente contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil; índices setoriais adotados pelo Governo Federal; parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do presente termo com planilha de custos e ainda, documentos que comprovem a composição dos preços, e se for o caso, comprovante de fato imprevisível e comprovante de fato previsível com conseqüências imprevisíveis. Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido. **Durante a análise de reequilíbrio pela Contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do bem. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial do Termo de Contrato, implicando a instauração de Processo Administrativo para apuração da falta de aplicação de sanção prevista no Edital e no Termo de Contrato.**

8.2 Os pedidos desacompanhados dos documentos constantes desse Edital não serão analisados.

8.3 Não haverá reajustamento de preços no período de 01 (um) ano, consoante o disposto no § 1º, do art 28, da Lei nº 9.069/95. Todavia, tendo o contrato a vigência de 12 (doze) meses, contempla-se a possibilidade de prorrogação quando esta revelar-se imprescindível a tutela do interesse público, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) acumulado da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

8.4 Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços inexequíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração.

8.5 Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada manifestar-se perante a administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/ reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – As Atas de Registro de Preços, decorrentes desta licitação serão canceladas de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1 – Automaticamente:

9.1.1.1 – Por decurso de prazo de vigência.

9.1.1.2 – Não restarem fornecedores registrados.

9.1.2 – A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

9.1.3 – A detentora não retirar o pedido de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.1.4 – A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de Registro de Preços.

9.1.5 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente de Registro de Preços.

9.1.6 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, após prévia convocação para negociação com o fornecedor. Caso frustrada a negociação o fornecedor será liberado, sendo convocado os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.7 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.8 – As detentoras, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no **item 10.1, Cláusula Décima**, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

9.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.4 – A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Sétima** desta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

10.1 – As Ordens de Fornecimentos do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do Batalhão.

10.2 - A emissão das ordens de fornecimentos, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Almojarife do Batalhão, quando da solicitação dos itens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

11.1 Não será cobrado depósito de garantia conforme preconiza o Artigo 56 da Lei de Licitação.

11.2 A licitante vencedora devesse ainda arcar com as especificações e condições conforme especificado no Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

11.3 A Contratada será responsável pela qualidade dos materiais, comprometendo-se a substituí-los em caso de defeito e adulteração. **A garantia deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos respectivos produtos.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CRONOGRAMA DE FORNECIMENTO

12.1 O fornecimento do objeto do presente certame licitatório (lubrificantes e graxas), deverá seguir o seguinte cronograma:

12.1.1 Prazo para entrega: 08 (oito) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor;

12.1.2 Prazo para a assinatura do contrato: 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

12.1.3 Prazo para substituição dos produtos: Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os

mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

12.1.4 Forma de entrega: O 3º Batalhão de Engenharia de Construção fará a solicitação dos produtos conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos, **sendo estes entregues no Almoxarifado (ao Almoxarife: Sede e Destacamentos):** 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI; Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE e Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

12.1.5 Dias e horário de entrega dos produtos: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 – Da Contratada:

13.1.1 Efetuar a entrega do objeto (lubrificantes e graxas), nas condições de sua proposta, nos locais estipulados no Item 11 do Edital e de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

13.1.2 Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

13.1.3 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários, bem como as despesas com transporte, carga, descarga, impostos, taxas, fretes, seguros dos insumos e quaisquer outros resultantes da execução do **Contrato**, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a **Contratante** isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

13.1.4 Emitir a nota fiscal, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da contratada o refaturamento. As empresas que possuírem descrição do produto diferente do contido no ato convocatório deverão discriminá-lo quando da emissão da proposta.

13.1.5 Não serão aceitos os materiais (lubrificantes e graxas) em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.

13.1.6 Todos os itens do Termo de Referência (lubrificantes e graxas) deverão ser produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida.

13.1.7 A Contratada deverá manter uma estrutura capaz de fornecer o objeto (lubrificantes e graxas) nos locais especificados no item 11 (da entrega dos materiais) do Edital, conforme solicitação - Ordem de Fornecimento.

13.1.8 O fornecimento inclui, além dos materiais propriamente ditos, sua embalagem, o carregamento/embarque dos mesmos e transporte.

13.1.9 Todos os materiais (lubrificantes e graxas) danificados durante a fabricação, transporte e descarga, caracterizados como falhas na proteção ou acondicionamento, deverão ser corrigidos pela Contratada às suas próprias expensas.

13.1.10 Substituir às suas expensas todos os materiais (lubrificantes e graxas) que apresentarem alterações na sua composição, defeitos de fabricação ou desgastes prematuros.

13.1.11 A Contratada deverá transportar o material em veículos adequados, sem que isto prejudique a qualidade do material a ser fornecido.

13.1.12 A Contratada deverá fornecer o produto novo, de primeiro uso, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

13.1.13 Todos os produtos fornecidos deverão ser de primeira linha (entendendo-se como tal o produto de ampla aceitação popular e qualidade de consumo consagrada), em excelente estado de conservação, com todas suas propriedades adequadas e dentro das normas previstas - INMETRO, ANP, NBR, ABNT: **J1034, ASTM D-3306, NBR 3705 Tipo A, FMVSS 116 DOT 4, SAE J1703, ABNT NBR EB 155/1991 TIPO 4 e MBB-F-7760.30 TIPO DOTM 4.**

13.1.14 Pedidos rotineiros serão emitidos pela Contratante semanalmente, podendo ser emitidos também pedidos extras, dentro de uma mesma semana, se a situação assim exigir. Os produtos somente serão recebidos de acordo com as embalagens e peso/volume especificadas no Anexo I do Edital.

13.1.15 O 3º BEC reserva-se ao direito da devolução dos itens inspecionados e verificados fora dos padrões exigidos neste Edital.

13.1.16 A Contratada não poderá fornecer produtos remanufaturados, reciclados ou compatíveis.

13.1.17 A Contratada deverá fornecer os manuais relacionados ao objeto deste certame, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação da Contratante.

13.1.18 A Contratada deverá fornecer os produtos (lubrificantes e graxas) em embalagens tipo baldes ou galões similares as embalagens BR-PETROBRÁS (com a mesma densidade, estrutura e apresentando alta durabilidade). Nas embalagens dos baldes ou galões devem conter o selo do INMETRO.

13.1.19 Cada óleo lubrificante deverá ser submetido ao teste viscosidade, tendo o certificado assinado por técnico de laboratório credenciado pelo INMETRO. Os Lubrificantes e Graxas deverão atender as especificações descritas no Anexo I do Edital e possuir a documentação exigida para cada produto.

13.1.20 A Contratada deverá enviar junto com as Notas Fiscais, os Laudos Técnicos atestando que os produtos são de primeiro uso e que estão de acordo com as Normas da ANP, conforme Portaria ANP Nº 129, de 30.7.1999 – DOU 2.8.1999 – REPUBLICADA DOU 30.9.1999.

13.2 – Da Contratante:

13.2.1 A **Contratante** deverá efetuar o pagamento do objeto deste **Contrato à Contratada**, nas condições estabelecidas por este Instrumento e no edital de licitação, após realizar a retenção dos tributos legais, em conformidade com as Instruções Normativas Nº 04, de 18 de agosto de 1997.

13.3 Nos termos do Artigo Nr 67, parágrafo 1º, da Lei Nr 8.666/93, a Contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

13.4 Da mesma forma, a Contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pela Contratante, representá-la na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 014/2010 e as propostas apresentadas pelas empresas.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001, publicado no DOU de 20 de setembro de 2001 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Picos-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Picos-PI, ____ de _____ de 2010.

Gerente da Ata – 3º BEC

EMPRESAS:

1. _____
2. _____
3. _____

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E CRONOGRAMA

Parágrafo Primeiro - O objeto (lubrificantes e graxas) deverá ser entregue em dias de expediente (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h no Almojarifado (ao Almojarife: Sede e Destacamentos) após a emissão da Nota de Empenho pelo Chefe da 4ª Seção, nos seguintes locais:

- Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI;
- Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE;
- Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

Parágrafo Segundo - A contratada deverá seguir o seguinte Cronograma de Fornecimento:

Inciso I - Prazo para entrega: 08 (oito) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor;

Inciso II - Prazo para a assinatura do contrato: 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

Inciso III - Prazo para substituição dos produtos: Se a qualidade dos produtos (objeto da licitação) entregues não corresponder às especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, os mesmos serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo **de 72 (setenta e duas) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

Inciso IV Forma de entrega: O 3º Batalhão de Engenharia de Construção fará a solicitação dos produtos conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos, **sendo estes entregues no Almojarifado (ao Almojarife: Sede e Destacamentos)**: 3º Batalhão de Engenharia de Construção, Rodovia BR 230/316, Km 06, Bairro Unha de Gato, na cidade de Picos/PI; Sede do Destacamento Floresta, localizado no Projeto Icó-mandantes, Agrovila 06, município de Floresta-PE e Sede do Destacamento Goiana, localizado às margens da BR-101/PE, Km 18, município de Goiana-PE.

Inciso V - Dias e horário de entrega dos produtos: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor do presente **Contrato** será de R\$ _____ (_____), conforme Nota de Empenho inicial nº 2010NE_____, tomando-se como preços unitários os valores propostos dos itens adjudicados no Pregão Nr 014/2010 – 3º BEC, nos quais, já estão incluídos os valores de impostos, taxas, encargos sociais, seguros, fretes, etc.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão feitos, por crédito em conta bancária, após cada entrega dos materiais, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos materiais nos documentos hábeis de cobrança, consoante os artigos 40, inciso XIV e 55, inciso III, da Lei 8.666/93.

Inciso I - Para execução do pagamento de que trata o **Parágrafo Primeiro**, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, CNPJ nº. 07.524.710/0001-60, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

Inciso II - Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Inciso III - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela Contratada, diretamente ao Chefe da 4ª Seção ou Almojarife do Batalhão que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

Parágrafo Segundo - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Batalhão.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos só serão realizados após a comprovação de regularidade da Contratada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line”, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste Edital.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Sexto - Os documentos fiscais apresentados para qualquer finalidade, inclusive processamento das despesas pela Contratante, devem ser emitidos em nome da Contratada, neles constando o seu CNPJ tal qual constará do contrato, sob pena de rescisão contratual nos termos do Artigo 78, Inciso VI, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Contratada, esta deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis. Se não for o caso, indicar fatos previsíveis com conseqüências imprevisíveis; apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao presente contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil; índices setoriais adotados pelo Governo Federal; parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do presente termo com planilha de custos e ainda, documentos que comprovem a composição dos preços, e se for o caso, comprovante de fato imprevisível e comprovante de fato previsível com conseqüências imprevisíveis. Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido. **Durante a análise de reequilíbrio pela Contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do bem. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial do Termo de Contrato, implicando a instauração de Processo Administrativo para apuração da falta de aplicação de sanção prevista no Edital e no Termo de Contrato.**

Parágrafo Segundo Os pedidos desacompanhados dos documentos constantes do Edital não serão analisados.

Parágrafo Terceiro **Não haverá reajustamento de preços no período de 01 (um) ano, consoante o disposto no § 1º, do art 28, da Lei nº 9.069/95. Todavia, tendo o contrato a vigência de 12 (doze) meses, contempla-se a possibilidade de prorrogação quando esta revelar-se imprescindível a tutela do interesse público, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) acumulado da Fundação Getúlio Vargas (FGV).**

Parágrafo Quarto **Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do**

contrato que sejam decorrentes de preços inexeqüíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração.

Parágrafo Quinto Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada manifestar-se perante a administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/ reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta dos recursos orçamentários destacados ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro pelo DNIT, destinado às obras de adequação da BR 101/NE, Lote 06, **Classificação Funcional Programática: “26782145974350026” e Categoria Econômica: “4”**; dos recursos orçamentários destacados pelo Ministério da Integração Nacional para o Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, destinado às obras de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Eixo Leste: **Classificação Funcional Programática: “18544103612EP0020” e Categoria Econômica: “4”** e a Sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção - 3º BEC, **Classificação Funcional Programática: “0512207502000001” - Verba DGO (Adm da Unidade) e Categoria Econômica: “3”**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS

Parágrafo Primeiro - Não será cobrado depósito de garantia conforme preconiza o Artigo 56 da Lei de Licitação.

Parágrafo Segundo - A licitante vencedora devesse ainda arcar com as especificações e condições conforme especificado no Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

Parágrafo Terceiro - A Contratada será responsável pela qualidade dos materiais, comprometendo-se a substituí-los em caso de defeito e adulteração. **A garantia deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos respectivos produtos.**

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E PRERROGATIVAS

Parágrafo Primeiro - Da Contratada:

Inciso I - Efetuar a entrega do objeto (lubrificantes e graxas), nas condições de sua proposta, nos locais estipulados no Item 11 do Edital e de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Inciso II - Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

Inciso III - Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários, bem como as despesas com transporte, carga, descarga, impostos, seguros dos insumos e quaisquer outros resultantes da execução do **Contrato**, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a **Contratante** isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

Inciso IV - Emitir a nota fiscal, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da contratada o refaturamento. As empresas que possuírem descrição do produto diferente do contido no ato convocatório deverão discriminá-lo quando da emissão da proposta.

Inciso V - São ainda encargos da Contratada:

a) Não serão aceitos os materiais (lubrificantes e graxas) em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

b) Todos os itens do Termo de Referência (lubrificantes e graxas) deverão ser produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida.

c) A Contratada deverá manter uma estrutura capaz de fornecer o objeto (lubrificantes e graxas) nos locais especificados no item 11 (da entrega dos materiais) do Edital, conforme solicitação - Ordem de Fornecimento.

d) O fornecimento inclui, além dos materiais propriamente ditos, sua embalagem, o carregamento/embarque dos mesmos e transporte.

e) Todos os materiais (lubrificantes e graxas) danificados durante a fabricação, transporte e descarga, caracterizados como falhas na proteção ou acondicionamento, deverão ser corrigidos pela Contratada às suas próprias expensas.

f) Substituir às suas expensas todos os materiais (lubrificantes e graxas) que apresentarem alterações na sua composição, defeitos de fabricação ou desgastes prematuros.

g) A Contratada deverá transportar o material em veículos adequados, sem que isto prejudique a qualidade do material a ser fornecido.

h) A Contratada deverá fornecer o produto novo, de primeiro uso, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

i) Todos os produtos fornecidos deverão ser de primeira linha (entendendo-se como tal o produto de ampla aceitação popular e qualidade de consumo consagrada), em excelente estado de conservação, com todas suas propriedades adequadas e dentro das normas previstas - INMETRO, ANP, NBR, ABNT: **J1034, ASTM D-3306, NBR 3705 Tipo A, FMVSS 116 DOT 4, SAE J1703, ABNT NBR EB 155/1991 TIPO 4 e MBB-F-7760.30 TIPO DOTM 4.**

j) Pedidos rotineiros serão emitidos pela Contratante semanalmente, podendo ser emitidos também pedidos extras, dentro de uma mesma semana, se a situação assim exigir. Os produtos somente serão recebidos de acordo com as embalagens e peso/volume especificadas no Anexo I do Edital.

k) O 3º BEC reserva-se ao direito da devolução dos itens inspecionados e verificados fora dos padrões exigidos neste Edital.

l) A Contratada não poderá fornecer produtos remanufaturados, reciclados ou compatíveis.

m) A Contratada deverá fornecer os manuais relacionados ao objeto deste certame, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação da Contratante.

n) A Contratada deverá fornecer os produtos (lubrificantes e graxas) em embalagens tipo baldes ou galões similares as embalagens BR-PETROBRÁS (com a mesma densidade, estrutura e apresentando alta durabilidade). Nas embalagens dos baldes ou galões devem conter o selo do INMETRO.

o) Cada óleo lubrificante deverá ser submetido ao teste viscosidade, tendo o certificado assinado por técnico de laboratório credenciado pelo INMETRO. Os Lubrificantes e Graxas deverão atender as especificações descritas no Anexo I do Edital e possuir a documentação exigida para cada produto.

p) A Contratada deverá enviar junto com as Notas Fiscais, os Laudos Técnicos atestando que os produtos são de primeiro uso e que estão de acordo com as Normas da ANP, conforme Portaria ANP Nº 129, de 30.7.1999 – DOU 2.8.1999 – REPUBLICADA DOU 30.9.1999.

Parágrafo Segundo - A **Contratante** deverá efetuar o pagamento do objeto deste **Contrato à Contratada**, nas condições estabelecidas por este Instrumento e no edital de licitação, após realizar a retenção dos tributos legais, em conformidade com as Instruções Normativas Nº 04, de 18 de agosto de 1997.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E SANÇÕES

Parágrafo Primeiro – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa. (Art 28 do Decreto 5.450/2005).

Parágrafo Segundo - As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas

previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. (Parágrafo Único do Art 28 do Decreto 5.450/2005).

Parágrafo Terceiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, o 3º BEC, poderá aplicar as penalidades de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo Quarto – A multa será aplicada na época da infringência, nos seguintes percentuais:

I - De 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos materiais não entregues por dia de atraso, observado o prazo de 08 (oito) dias corridos, não contrariando o que preconiza o § 4º Inciso II Art. 40, da Lei 8.666/93, após a solicitação do objeto à Contratada. A referida multa não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Nr 8.666, de 21 de Junho de 1993;

II - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso de inexecução total do contrato, independentemente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei;

III - De 10% (dez) por cento do valor contratado, no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

IV - multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do fornecimento, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada da emitente vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após regularmente convocada.

Parágrafo Quinto – A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do valor homologado.

Parágrafo Sexto – As multas, quando não descontadas nos termos do subitem anterior, deverão ser colocadas à disposição no Setor Financeiro da Contratante, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas, contado da data da ciência expressa por parte da contratada. Decorrido este prazo, o Batalhão fará a devida cobrança judicial.

Parágrafo Sétimo - Pela Inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório nos termos dos Incisos LIV e LV do Artigo 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada ficará impedida de licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

Parágrafo Oitavo - Se houver indícios de crimes contra o sistema de licitações e de contratos, o fato será prontamente comunicado ao Ministério Público Federal, assim como serão adotadas todas as providências administrativas para que, depois de assegurada ampla defesa e o contraditório nos termos dos Incisos LIV e LV do Artigo 5º da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988, a contratada seja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

Parágrafo Nono - As multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

Parágrafo Décimo - **Sem prejuízo de outras providências que impliquem sanções de cunho cível, penal e administrativo.**

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Nos termos do Artigo Nr 67, parágrafo 1º, da Lei Nr 8.666/93, a Contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

Parágrafo Segundo – Da mesma forma, a Contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pela Contratante, representá-la na execução do Contrato;

Parágrafo Terceiro – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Conforme o disposto no inciso IX, do Art Nr 55, da Lei Nr 8.666/93, a Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no Art Nr 77, do referido Diploma Legal;

Parágrafo Segundo – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 78, da Lei Nr 8.666/93, ensejará a rescisão do presente contrato, exceto a prevista no parágrafo Sétimo desta Cláusula;

Parágrafo Terceiro – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Quarto – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

Parágrafo Quinto – A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da Contratante, nos casos enunciados nos Incisos I a XI do Art Nr 78, da Lei Nr 8.666/93, acarretará as conseqüências previstas nos incisos I, II, III e IV do Art Nr 87 do mesmo Diploma Legal, sem prejuízo das demais sanções previstas;

Parágrafo Sexto – Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a Contratante convocar a licitante classificada em colocação subsequente, ou efetuar nova licitação;

Parágrafo Sétimo - **Na ocorrência de qualquer das hipóteses elencadas no Artigo 78, Inciso VI da Lei 8.666/93 (fusão, cisão ou incorporação), é facultado à administração, na tutela do interesse público, decidir pela manutenção ou não do contrato.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Parágrafo Primeiro - Este instrumento, observadas as devidas justificativas, somente poderá ser alterado unilateralmente pela Contratante ou por acordo das partes, nos termos do Artigo Nr 65, da Lei Nr 8.666/93;

Parágrafo Segundo - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante entender necessárias nas quantidades do objeto, na forma do parágrafo 1º do Artigo Nr 65 da Lei Nr 8.666/93, não podendo qualquer acréscimo exceder o limite estipulado no retromencionado parágrafo, sendo facultada a supressão além dos limites estabelecidos no referido diploma legal, mediante acordo entre as partes (parágrafo 2º do Artigo Nr 65 da Lei Nr 8.666/93);

Parágrafo Terceiro - A qualquer tempo, as partes, de comum acordo, poderão celebrar Termos Aditivos ao presente Contrato, objetivando resolver, na esfera administrativa, os casos omissos ou questões suscitadas durante a vigência do mesmo, na forma da Lei Nr 8.666/93 e alterações previstas na Lei Nr 8.883/94;

Parágrafo Quarto - Este Instrumento poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

O presente Termo Contratual terá vigência da data de sua assinatura até o dia ____ de _____ de _____, e sua eficácia dar-se-á a partir da publicação no DOU.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO

Esta contratação decorre de licitação sob modalidade Pregão Nr 014/2010 – 3º BEC, cujo resultado foi aprovado em _____ de _____ de 2010, pelo Ordenador de Despesas - OD, da Contratante, conforme consta no referido Processo Licitatório retromencionado, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos: 3.555, de 8/8/2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, publicado no DOU de 20 de setembro de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, publicado no D.O. de 01 de junho de 2005, Decreto 6.204, de 05 de setembro de 2007 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei Nr 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Parágrafo Primeiro - São subsídios do presente contrato, para dirimir quaisquer dúvidas que porventura possam existir entre a Contratada e o Contratante: o edital de licitação, a nota de empenho emitida pela Contratante e a proposta de preços apresentada pela Contratada;

Parágrafo Segundo - A Contratada se obriga a manter durante o período de execução deste Contrato as condições exigidas para a habilitação e especificações do objeto;

Parágrafo Terceiro - A publicidade resumida do presente instrumento contratual e de seus Termos Aditivos, dar-se-á através do Diário Oficial da União, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo Nr 61, da Lei Nr 8.666/93, com as alterações previstas pela Lei Nr 8.883/94, tudo providenciado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Picos-PI, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas do presente ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

Picos-PI, xx de xxxxx de 2010.

Contratante:

WILSON ROCHA FERREIRA - Cel
Comandante do 3º BEC

Contratada

Testemunhas:

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E**

3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (modelo)

DADOS DA FIRMA

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para fins do disposto no item 8.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2010-SALC 3º BEC, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 014/2010-SALC 3º BEC, instaurado pelo Processo Administrativo nº 026/2010 - SALC 3º BEC, foi elaborada de maneira independente pela _____ (empresa), CNPJ nº _____, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 014/2010-SALC 3º BEC, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº 014-SALC 3º BEC não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 014-SALC 3º BEC, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 014-SALC 3º BEC quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 014-SALC 3º BEC não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 014-SALC 3º BEC antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 014-SALC 3º BEC não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do 3º Batalhão de Engenharia de Construção antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMNE - 1º GPT E
3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1º Batalhão de Engenharia/1942)
“BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA”**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 026/2010-SALC – 3º BEC

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N.º 014/2010 – SALC/3ºBEC

ESCLARECIMENTOS IMPORTANTES

SENHORES LICITANTES:

SOLICITAMOS QUE FIQUEM ATENTOS AS OBSERVAÇÕES A SEGUIR, QUANTO A PARTICIPAÇÃO DE SUA EMPRESA NO PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO PELO 3º BEC:

INICIALMENTE ALERTAMOS PARA QUE QUANDO DO PREENCHIMENTO DE SUA PROPOSTA ELETRÔNICA, SEJA CERTIFICADO DE QUE O(S) PREÇO(S)/ESPECIFICAÇÃO(ÕES) LANÇADO(S) NO COMPRASNET ENCONTRA(M)-SE CORRETO(S), UMA VEZ QUE NÃO SERÁ PERMITIDO, APÓS ENCERRAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA, **PEDIDO DE CANCELAMENTO, POR ERRO DE LANÇAMENTO DE PREÇO E/OU DE ESPECIFICAÇÃO(ÕES).**

SOMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DO(S) ITEM(NS), ATRAVÉS DO SISTEMA É QUE O PREGOEIRO TOMA CONHECIMENTO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CERTAME. DESSE MODO, PERMANEÇAM LOGADOS PARA ACOMPANHAR A ACEITAÇÃO DOS ITENS, UMA VEZ QUE, NEM SEMPRE O MELHOR LANCE É O VALOR PRETENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO. REGISTRAMOS QUE MUITAS DAS VEZES O PREGOEIRO NECESSITARÁ NEGOCIAR O(S) ITEM(NS) COM O LICITANTE DE MELHOR LANCE E SOMENTE É POSSÍVEL ATRAVÉS DO CHAT.

TODOS OS PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELO PREGOEIRO SERÃO INFORMADOS NO CHAT E REGISTRADOS EM ATA, INCLUSIVE SUSPENSÃO DO PREGÃO, QUANDO FOR O CASO. CONSULTEM CONSTANTEMENTE O SITE DO COMPRASNET (WWW.COMPRASNET.GOV.BR) PARA TOMAR CONHECIMENTO DO ANDAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO.

VISANDO COMUNICAÇÃO FUTURA ENTRE O 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 3º BEC E ESSA EMPRESA, SOLICITO DE VOSSA SENHORIA, QUE AS EMPRESAS QUE OBTIVERAM CÓPIA DO EDITAL DA LICITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADA, ATRAVÉS DO ACESSO AS PÁGINAS <http://www.comprasnet.gov.br> OU www.3becnst.com.br, INFORMAR PARA A **SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS-SALC E/OU SR PREGOEIRO** POR MEIO DO FAX (89) 3422-4758 OU E-MAIL: seclic3bec@ibest.com.br, SEUS DADOS REFERENTE A RAZÃO SOCIAL, CNPJ Nº., ENDEREÇO, E-MAIL, CIDADE, ESTADO, TELEFONE/FAX E AINDA A PESSOA PARA CONTATO. A NÃO COMUNICAÇÃO DESSA INFORMAÇÃO EXIME A **SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS-SALC E/OU PREGOEIRO** DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUAISQUER INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

Pregoeiro / 3º BEC